

## A NOVA CONSTITUIÇÃO

## Gustavo Faria é eleito para presidir IPC

A atualização da pensão dos parlamentares, melhorias na assistência médica e em relação à moradia são as metas do novo presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), eleito ontem, em segundo turno, por 131 votos contra 116 do seu adversário, deputado Furtado Leite (PFL-CE). Faria terá como vice-presidente o senador Odacir Soares (PFL-RO) e será o responsável pela movimentação de uma verba mensal de quase Cz\$ 1,5 milhão.

O novo presidente tem dois anos para atingir suas metas à frente do IPC e sucede ao senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). A entidade é responsável pelos benefícios aos congressistas e suas famílias e servidores do Congresso Nacional. Cada ano de contribuição corresponde a uma diária de salário na aposentadoria do funcionário.

Quatro chapas concorrem ao IPC, além da vencedora. O deputado Furtado Leite teve como vice o senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE); deputado Antônio Câmara (PMDB-RN) e senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE); deputado Fernando Cunha (PMDB-GO) e senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) e deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA) e senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC). O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA) propôs Ulysses Guimarães para o presidente do IPC. No primeiro turno da eleição compareceram 334 dos 487 deputados; já no segundo, apenas 255 votaram.

## Relatório de Possa já é contestado

As entidades que integram a Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA) já decidiram a primeira emenda a ser apresentada nas instâncias superiores às subcomissões na Constituinte: modificar o dispositivo do relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, Darcy Possa (PDS/RS), que não só manteve a propriedade rural como direito individual, como também determinou que as indenizações por desapropriação terão que ser pagas previamente em dinheiro.

Esse artigo retrocede à Constituição de 1969, que fixou as indenizações da terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e eliminou a palavra "prévia" que existia anteriormente, disse a assessora da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Sônia Moraes. "Este artigo emperra qualquer avanço na Subcomissão de Reforma Agrária", acrescentou o dirigente da Contag, Aloisio Carneiro.

## Previdência privada quer garantir lei

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada — Abrapp — Paulo Mente, defendeu ontem, na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, a inclusão, na futura Constituição, de um capítulo reconhecendo o funcionamento da previdência privada no País, que hoje beneficia diretamente 1 milhão e 700 mil segurados.

Faulo Mente argumentou junto aos integrantes da comissão que, dada a sua importância na complementação do sistema nacional de previdência social, a previdência privada não pode continuar sendo regida apenas por legislações ordinárias, que impedem, inclusive, o aperfeiçoamento do próprio sistema, "hoje uma realidade em todo o Brasil".

## Aborto ainda é tema polêmico

Bastante inovador e liberal, o anteprojeto apresentado pelo relator da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, Eraldo Tinoco (PFL-BA), causou polêmica já na sua apresentação, ontem pela manhã. Entre as principais inovações estão o reconhecimento das uniões estáveis como entidade familiar, a igualdade de direitos entre o homem e a mulher no casamento, a igualdade de direitos para filhos nascidos fora do casamento e a proibição de confinamento de menores. Mas já surgiram novas propostas, como a inclusão de um adendo no artigo sobre planejamento familiar, com o objetivo de garantir o respeito à vida a partir da concepção, o que inviabilizará a legalização do aborto.

Este acréscimo ao anteprojeto está sendo proposto por dois constituintes, embora com objetivos diferentes. O presidente da subcomissão, deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), quer simplesmente garantir o direito à vida, já que é contra a inclusão de qualquer regulamentação relativa ao aborto na legislação, mesmo na ordinária. Já a deputada Rita Camata (PMDB-ES), assume com clareza que pretende im-

possibilitar a aprovação de uma lei ordinária que legalize o aborto.

Mas o artifício a ser utilizado pelos dois constituintes é o mesmo. No artigo terceiro, onde consta que "o planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade responsável e da dignidade humana e no respeito à vida, é decisão do casal", será introduzido o conceito de vida: "entendida a partir da concepção". Nelson Aguiar acha que este adendo não impedirá a legalização do aborto — se esta for a vontade do Congresso Nacional — mas a deputada Rita Camata informa que pretende introduzi-lo na Constituição justamente para impedir a aprovação desta lei.

Na área de proteção ao menor, os maiores avanços estão na proibição do confinamento de crianças abandonadas, o que resultará numa total reestruturação da Funabem, o direito à educação desde o nascimento e o direito à saúde e à alimentação desde a concepção, a proibição do trabalho para menores de 14 anos, o estímulo à adoção de menores pelo Estado e o reconhecimento da responsabilidade penal dos pais. Para os idosos, o principal avanço é o fim da aposenta-

doria compulsória. Mas o presidente da subcomissão quer baixar o prazo de 70 para 65 anos. Outra conquista é o reconhecimento do dever dos filhos de amparar os pais.

No dia da apresentação do relatório, surgiram também propostas de alteração de ordem técnica. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), por exemplo, solicitou a exclusão do artigo que prevê a anulação ou nulidade do casamento em qualquer tempo, por entender que este tema deve ser tratado na legislação ordinária. O deputado Nelson Aguiar propôs a exclusão da citação "nos termos da Declaração Universal dos Direitos da Criança", no artigo que trata dos direitos da criança, com a argumentação de que se trata de um organismo internacional e de que esta declaração pode ser alterada.

No inciso II, parágrafo 2º, do artigo 3º, que proíbe "a manutenção de embriões humanos em vida, para fins experimentais ou comerciais", Nelson Aguiar propõe o acréscimo do termo "in vitro". Mas ele reconhece que este artigo representa mais uma conquista na proteção à vida e à dignidade humana.

## Cientistas vão a Covas pedir apoio

Um grupo de cientistas e personalidades ligadas ao setor tecnológico brasileiro visitou o líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas. Eles foram trocar idéias com o parlamentar — que também é engenheiro — sobre as propostas de interesse da classe, já encaminhadas aos constituintes, e que desejam ver inseridas na nova Carta Constitucional. A principal reivindicação diz respeito a defesa da tecnologia nacional.

Criado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), o grupo tem o propósito de acompanhar e fornecer subsídios aos constituintes, para que estes façam uma legislação que defenda e incentive a tecnologia nacional. O grupo é coordenado pelo secretário de tecnologia industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, João Bautista Vidal.

Segundo o presidente do Confea, Luiz Carlos dos Santos, a questão da defesa da tecnologia nacional "é eminentemente política, pois está diretamente relacionada com a soberania e o domínio de uma nação sobre outra".



Furtado revela aos constituintes que seu ministério tem verba menor que a Ópera de Paris

## Furtado pede maior atenção para a identidade nacional

A fixação de um percentual fixo de recursos a ser destinado ao Ministério da Cultura não é importante, mas a preservação da identidade e da cultura nacional é um ponto fundamental a ser estabelecido pela nova Constituição. Estas colocações foram feitas pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, na subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, ontem pela manhã.

"Somos pobres, fracos e dependentes, mas temos identidade cultural", afirmou o ministro da Cultura, durante o seu pronunciamento. Em seguida, acrescentou que "o desenvolvimento deve estar subordinado a isto". No documento sobre a legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, entre-

o à subcomissão, está explicitado que "é fundamental a consideração do aspecto cultural no dispositivo da Constituição que dispõe sobre o planejamento econômico, pois o desenvolvimento não pode ser alcançado em detrimento da identidade e da cultura nacional, da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico".

Questionado pelos constituintes sobre o modelo da nova Constituição, sintético ou analítico, Celso Furtado respondeu sem rodeios que "o debate indica o analítico. Caso contrário, seria uma decepção para a sociedade. O desafio está em estabelecer uma ligação constitucional que tenha abrangência. Como conciliar isto com a sinte-

se?" A resposta foi dirigida ao deputado Florestan Fernandes (PT-SP), que lembrou da tendência das correntes conservadoras em defender uma Carta sintética, "como forma de ganhar a batalha sem travar o combate".

Quando interrogado sobre a proposta de fixação do percentual de 1 por cento dos gastos da União com a cultura — o que significaria a multiplicação dos recursos destinados atualmente por quatro — o ministro respondeu de forma surpreendente: "Tudo o que se faça para aumentar estes recursos é positivo, mas sou contra a fixação de uma norma rígida na Constituição sobre isto. Se é para não cumprir, então não põe na Constituição.

Devemos apenas estabelecer metas".

Os constituintes se manifestaram preocupados com a carência de recursos do Ministério, que tem o orçamento menor do que a Ópera de Paris, como afirmou o próprio ministro. Celso Furtado informou, entretanto, que a Lei Sarney está viabilizando financeiramente o Ministério, através de doações e patrocínio de projetos importantes na área cultural. Citou a realização da exposição sobre a civilização holandesa no Brasil, realizada no Paço Imperial. A difusão da cultura através dos meios de comunicação também foi debatida na sessão pública, onde Márcia Kubitschek defendeu um horário especial nas televisões para esse fim.

## Corre nos trilhos o trem constituinte

O "trem da Constituinte", alheio à polêmica instalada no plenário da Assembleia Nacional sobre a viabilidade da construção da Ferrovia Norte-Sul, já corre nos trilhos. Quem descobriu foi o deputado Francisco Rossi (PTB/SP), que estima em 180 o número de passageiros, cujo embarque individual custa à casa entre 5 a 16 mil cruzeiros mensais.

Relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e dos Partidos Políticos, ele contou ao plenário que fez a descoberta ao enfrentar dificuldades para conseguir funcionários e ser informado de que cada subcomissão tinha direito a 11, o que daria um total de 264. As oito omissões Temáticas, caberiam mais 96, sendo 12 para cada. No entanto, apenas 50% desses servidores estão trabalhando, conforme denunciou o deputado.

Mais grave, segundo

Francisco Rossi, é que os que trabalham às vezes dão horas extras, madrugada adentro, sem receber "um tostão sequer, enquanto outros apangados estão por aí". Ele próprio observou que pode parecer pesada a expressão "trem da Constituinte", mas não abdicou dela. Nem o presidente da Assembleia Nacional, deputado Ulysses Guimarães, que prometeu apurar a denúncia e punir os transgressores, a contestou.

## FORA DOS TRILHOS

O "trem da Constituinte" surgiu na sessão plenária de ontem no momento em que o deputado Farabulini Júnior

(PTB/SP) acabava de descer da tribuna, onde classificara a Ferrovia Norte-Sul, 1600 quilômetros de estrada de ferro projetada pelo governo Sarney para ligar Anápolis (Goiás) a Açailândia (Maranhão), entre "obras megalomaniacas" do período de ditadura militar.

Farabulini pediu providências à Câmara, Senado e Constituinte, no sentido de sustar a obra. "Nós não vamos aceitar isso", proclamou, somando seu protesto ao do deputado Juarez Antunes (PDT/RJ), para quem a construção da ferrovia seria uma "obra faraônica em momento inoportuno". Ele disse que o pro-

jecto era um brinquedo que o presidente Sarney dava aos constituintes, para que se distraíssem e sugeriu que o chefe do governo arranjasse outra forma de assegurar sua sobrevivência política no Maranhão, se é que está pressentindo "seu fim melancólico".

Mas também houve defensores entusiasmados da ferrovia, como o maranhense José Teixeira (PFL): "Ela é justificável sob todos os aspectos". Na sua opinião, as críticas à obra se revestem de "motivações políticas obscuras". Argumentou, ainda, que não se trata de uma obra para o Maranhão nem para Goiás, mas para o Brasil inteiro e respondendo aos que a apontam como faraônica, recomendou que se recordem da construção de Brasília, da rodovia Belém-Brasília e da implantação da siderurgia e da indústria automobilística.